

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DINÂMICA DO SETOR DE SERVIÇOS CEARENSE: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO MERCADO DE TRABALHO

Christiane Luci Bezerra Alves*

Soraia Araújo Madeira**

Júnior Macambira***

No fim do século XX, o setor de serviços destaca-se na economia mundial e nacional, quando a globalização e a reestruturação produtiva colocam esse setor como importante "colchão absorvedor" do emprego, liderado principalmente pela indústria. No Brasil, isso se torna mais evidente frente às reformas institucionais adotadas nos anos 1990. O Ceará destaca-se a partir de nova estratégia de desenvolvimento que envolve ajuste fiscal e atração de investimentos. Este trabalho procura entender como se deu a dinamização do setor no estado, considerando suas repercussões para o emprego, utilizando os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). São estabelecidas, ainda, breves considerações sobre a perspectiva sistêmica que a atividade pode estabelecer em sua contribuição para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho; Serviços; Estado do Ceará.

CONSIDERATIONS ON THE DYNAMICS OF THE SERVICE SECTOR IN CEARÁ: AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF THE LABOR MARKET

At the end of the twentieth century, the services sector is highlighted by the national and international economy, in a moment which globalization and productive restructuring put this sector as an important "absorbing cushion" of employment mainly by the industry. In Brazil, this become more evident due to institutional reforms in the 90's. Ceará stands out for a new development strategy which involves tax adjustment and attraction of investments. This research searches for understanding how the dynamics of this sector happened in the state, considering its rebound to employment, based on Rais/MTE data. Brief discussions are still established on the systemic perspective that the activity may set in its contribution to the local development.

Key-words: Labor Market; Services; State of Ceara.

CONSIDERACIONES SOBRE LA DINÁMICA DEL SECTOR DE SERVICIOS EN CEARÁ: UN ANÁLISIS DESDE LA PERSPECTIVA DEL MERCADO DE TRABAJO

A finales del siglo XX, el sector de servicios se destaca en la economía mundial y nacional cuando la globalización y la reestructuración productiva ponen este sector como importante "colchón

* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), professora adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (Urca). *E-mail*: chrisluci@gmail.com

** Mestranda em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC). *E-mail*: soraiamadeira@gmail.com

*** Analista de Mercado de Trabalho do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). *E-mail*: juniormacambira@idt.org.br

de absorción” del empleo liberado principalmente por la industria. En Brasil, esto se hace más evidente delante las reformas institucionales adoptadas en la década de 1990. El Ceará se destaca desde nueva estrategia de desarrollo que incluye el ajuste fiscal y la atracción de inversiones. En este trabajo se intenta comprender cómo fue la dinamización del sector en el estado, considerando sus repercusiones para el empleo, con datos de la Rais/MTE. Se establecen, además, breves consideraciones sobre el enfoque sistémico que la actividad puede establecer en su contribución al desarrollo local.

Palabras-clave: Mercado de Trabajo; Servicios; Estado de Ceará.

CONSIDÉRATIONS SUR LA DYNAMIQUE DU SECTEUR DES SERVICES DANS LE CEARÁ: UNE ANALYSE DU POINT DE VUE DU MARCHÉ DU TRAVAIL

À la fin du XXe siècle, le secteur des services est mis en évidence par l'économie nationale et internationale, dans un moment où la mondialisation et la restructuration productive mis ce secteur comme un important «phonique» de l'emploi, principalement par l'industrie. Au Brésil, cela devient plus évident en raison de réformes institutionnelles dans les années 90. Ceará se distingue par une nouvelle stratégie de développement qui implique un ajustement d'impôt et l'attraction des investissements. Cette requête de recherche pour comprendre comment la dynamique de ce secteur qui s'est passé en l'état, compte tenu de son rebond à l'emploi, sur la base Rais/MTE. De brèves discussions sont encore établis sur le point de vue systémique que l'activité peut mettre en œuvre sa contribution au développement local.

Mots-clés: Marché du Travail; Services; État du Ceara.

1 INTRODUÇÃO

O cenário das economias capitalistas do fim do século XX, particularmente nas décadas de 1970, 1980 e 1990, é marcado por significativas transformações nos regimes de acumulação e regulação mundiais, que envolvem fortes mudanças nas regras do jogo competitivo, transformações das forças produtivas e tecnológicas e ruptura dos paradigmas ideológicos e institucionais, as quais se refletem em novas acomodações na divisão internacional do trabalho (ALVES; LIMA, 2009).

No campo produtivo, o modelo keynesiano-fordista, que liderara o padrão de acumulação do pós-guerra, começa a dar sinais de esgotamento, em fins dos anos 1960. A recuperação das economias da Europa Ocidental e japonesa e o aumento da concorrência dos países recém-industrializados, com a consequente compressão da demanda efetiva por produtos americanos, influenciam na queda de lucratividade e competitividade da economia dos Estados Unidos. A economia americana é afetada, ainda, pelo binômio desequilíbrio fiscal – financiamento inflacionário, o qual torna a moeda instável, forçando a desvalorização do dólar, e culminando, em 1973, com o “colapso do sistema de Bretton Woods”.

No âmbito mundial, a desaceleração das economias centrais, diante de um quadro de “estaginflação”, soma-se à crise do Estado de bem-estar social, dada a incapacidade dos estados nacionais manterem os elevados gastos sociais, frente

à crise fiscal dessas economias. Os anos 1970 foram marcados, ainda, por um quadro de choques externos, que envolveram crises financeiras internacionais, primeiro e segundo choques do petróleo, evidenciando a crise do padrão energético do período. Esse conjunto de fatores impõe políticas de ajustes, marcadas pela orientação neoliberal – a partir dos governos de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margaret Thatcher, na Inglaterra.

O quadro de flutuações e crise na economia capitalista mundial evidencia a incapacidade do fordismo de responder aos desafios impostos por um ciclo econômico com demanda desaquecida. Diante do novo cenário mundial de oscilações e incertezas, uma série de novas experiências, em se tratando de organização industrial e social, começou a vir à tona, associadas à desregulamentação do Estado e da economia em face à nova orientação neoliberal, reestruturação produtiva, além de um novo modelo de acumulação flexível.

Assim, a rigidez fordista da produção e do consumo em massa, que envolve sistemas de racionalização da produção, desqualificação dos operários, padronização de peças e integração vertical, dá lugar a novos princípios de flexibilidade produtiva, com sistema produtivo mais ágil e capaz de atender às exigências de um mercado em crise, dominado por novos padrões de consumo¹ (HARVEY, 1992; ANTUNES, 2000).

Nessas condições, as economias de escala da produção fordista dão lugar, no regime de acumulação flexível, à competitividade via economias de escopo, com produção de bens variados, a preços baixos e em pequenos lotes. O uso de novas tecnologias e de novas formas de gestão da produção é acompanhado, como destacam Harvey (1992) e Antunes (2000), por novas formas de gestão de mão de obra (maior envolvimento dos trabalhadores com o processo produtivo, verticalização substituída pela horizontalização), precarização do trabalho (com a expansão do desemprego estrutural, presente em países desenvolvidos ou não),

1. Em meio à crise do regime fordista de produção nos países centrais, em resposta ao cenário de redução das taxas de lucro e crise no modo de acumulação daqueles países, os anos 1970, como enfatizado, são marcados pelas transformações impostas pela emergência do novo regime de acumulação flexível. Como resposta à crise, para fazer frente ao esgotamento do modelo vigente, intensificam-se as conexões globais, com significativa expansão dos investimentos diretos, os quais, segundo Cidade, Vargas e Jatobá (2008, p. 24), "(...) estabeleceram-se em países como a Coreia do Sul, o México e o Brasil, considerados em condições de alavancar o processo de desenvolvimento e constituir-se em novos mercados". Porém, para Lipietz (*apud* CIDADE; VARGAS; JATOBA, 2008, p. 25) o panorama de desigualdade dos países receptores favoreceu o estabelecimento de um "fordismo periférico", a partir de um regime de acumulação com "traços híbridos". Assim, caracterizadas pelas desigualdades e pela existência de "grande número de empresas tradicionais ao lado de ramos avançados, muitas dessas economias enfrentam dificuldades para promover as atualizações preconizadas. Nesse quadro, tendem a se reproduzir as desigualdades econômicas, sociais e espaciais" (*op. cit.*). Para autores como Pochmann, teria ocorrido, na década de 1970, uma "periferização da indústria", por meio do "deslocamento de partes menos complexas das atividades manufatureiras, que constituem cada vez mais bens que podem ser considerados quase *commodities*, com base na alta escala de produção, baixo preço unitário, simplificação tecnológica e rotinização das tarefas realizadas pelos trabalhadores", constituída a partir de uma nova divisão internacional do trabalho, marcada pela "polarização entre a produção de manufatura, em parte nos países periféricos, e a produção de bens industriais de informação e comunicação sofisticados e de serviços de apoio à produção no centro do capitalismo" (POCHMANN, 2004, p. 15).

aumento da subcontratação, em face da diminuição do emprego por tempo completo, além da queda dos salários reais e da perda da força dos sindicatos (alicerce do modelo fordista de produção).

A ruptura no paradigma de acumulação passa a ditar, portanto, fortes processos de reestruturação produtiva que atingem largamente o setor industrial, o qual se submete a ajustes estruturais com reflexos consideráveis no mercado de trabalho e níveis de produtividade. Como consequência, pode-se observar, paralela à adoção do modelo de produção flexível e dos altos níveis de desemprego industrial, a elevação do emprego no setor de serviços, resultado do deslocamento da mão de obra dos setores primário e secundário para este setor.

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre os setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços” (HARVEY, 1992, p. 140).

Em consonância com as alterações estruturais do sistema capitalista global, também se observa o crescimento da participação do emprego no setor de serviços na economia brasileira dos anos 1990. As alterações estruturais mais significantes ocorridas na estrutura produtiva brasileira ocorreram nesse período, principalmente pós-política de estabilização do Plano Real e pós-aprofundamento das reformas institucionais iniciadas no começo da década. Nesse cenário, destacam-se as reformas de cunho neoliberal, envolvendo desregulamentação da economia, abertura e valorização cambial, reinserção do Brasil no fluxo internacional de capitais, com o aumento do fluxo de investimento direto estrangeiro (IDE), além das privatizações. Os resultados são sentidos no comércio exterior, na estrutura produtiva, no padrão de investimentos e, principalmente, no mercado de trabalho, onde se observa maior processo de terceirização, precarização do trabalho, aumento da rotatividade, maior jornada de trabalho, além do grande aumento do nível de desemprego, que passa a ter características estruturais (ANTUNES, 1999; POCHMANN, 2001).

No processo de ajuste do mercado de trabalho no início da década, ocorre significativa redução do emprego no setor industrial. Porém, este fator é acompanhado do crescimento do emprego no setor de comércio e serviços, que funciona como “acomodador” do desemprego, absorvendo parte da força de trabalho liberada pela indústria. Nesse sentido, a maior capacidade de geração de empregos, diferentemente do que acontecera na década de 1970, desloca-se do setor industrial para o setor de serviços, durante as décadas de 1980 e 1990.

De acordo com os dados da Rais (1996-2006), verifica-se que o setor de serviços, em nível nacional, é o que mais contribui para o total de emprego formal, tendo aumentado sua participação entre 1996 e 2006 e sendo ainda o setor que

apresenta a maior taxa de crescimento anual, 3,92%, contra 2,56% da indústria e 3,11% da agricultura.

Em nível estadual, o estado do Ceará, na década de 1990, apresentou resultados positivos no mercado de trabalho, no que diz respeito ao número de postos de trabalho gerados, referentes às políticas adotadas a partir de meados dos anos 1980 – pós-primeira gestão do governo Tasso Jereissati –, em que uma nova estratégia de crescimento econômico começou a ser posta em prática, envolvendo medidas de saneamento da máquina estatal, enxugamento do quadro de pessoal, além de políticas de incentivos fiscais e de atração de investimentos em infraestrutura que resultaram em um desempenho financeiro e econômico superior ao esperado (VALOIS; ALVES, 2006). Nos anos 2000, estudos revelam, ainda, uma performance positiva no mercado de trabalho, em que “o emprego formal cearense registrou um crescimento médio superior ao observado para o país e para a região Nordeste” (CAVALCANTE; PAIVA; TROMPIERI NETO, 2010, p. 54).

Diante do cenário de alterações institucionais, ocorrido tanto em nível nacional como estadual, este trabalho pretende traçar um painel do comportamento do setor de serviços cearense em 1996 e 2006, com destaque para a caracterização do mercado de trabalho e a especificação dos padrões de qualidade do emprego no setor.

Há de se destacar que os estudos sobre serviços, apesar de terem ganhado importância, dado o peso que o setor tem sobre a geração de riqueza e emprego, carregam, em grande parte, limitações intrínsecas às atividades terciárias, principalmente devido às dificuldades metodológicas de classificação de suas atividades. As limitações também envolvem a complexidade e a heterogeneidade estrutural apresentadas pelo setor, sobretudo quando consideradas economias periféricas (SILVA, 2009).

Apesar de a literatura reconhecer as dificuldades associadas ao padrão setorial dos serviços, estudos recentes começam a apontar para a perspectiva sistêmica aplicada a esse setor, à medida que novas tecnologias de informação e conhecimento, sistemas locais de inovação, são incorporados como fonte endógena de desenvolvimento. Sem ignorar essas contribuições, são feitas breves considerações sobre as relações entre setor de serviços e desenvolvimento regional, a partir da análise estadual.

Em que pesem as limitações dessa análise, já que o setor de serviços cearense é tomado como estudo a partir dos dados da Rais, registro administrativo do MTE que leva em consideração o mercado formal de trabalho, o presente trabalho deve contribuir para o melhor entendimento da participação do setor na economia cearense.

2 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA CEARENSE ENTRE 1996 E 2006

A mudança no modo de regulação que caracteriza as administrações públicas no Ceará, inauguradas nos chamados “governos das mudanças”, a partir de 1987, inicia um modelo de gestão compartilhada, com uma administração mais ativa, cooperativa e com metas rigorosas para o ajuste fiscal. Desta forma, são incorporados novos princípios e, com a inflexão na implementação da política econômica, o processo de reestruturação produtiva chegou ao Ceará antes de a maioria dos estados do país.

Como resultado, de 1991 a 1996, verificou-se um adequado controle das contas públicas do Ceará, caracterizando uma situação incomum em relação aos demais estados do Brasil. Isso ocorreu porque “(...) o Ceará iniciou o seu ajuste fiscal bem antes que as condições objetivas de aprofundamento da crise fiscal brasileira impusessem graus de dificuldade crescentes no desempenho das atividades inerentes ao setor público” (ALMEIDA; SILVA, 1998).

Atrelado ao ajuste fiscal, ou ao êxito dele, o governo estadual apresentou um Programa de Atração de Investimentos, baseado em perspectivas de crescimento, estabilidade administrativa, novas condições de credibilidade do estado e eficiência da gerência das finanças públicas (*op. cit.*). Esse programa consistia basicamente em uma política de incentivos fiscais, combinados com investimentos em infraestrutura. Destacam-se aqui investimentos como: a conclusão do Açude Castanhão, que beneficiaria a economia rural por meio da agricultura irrigada e da agroindústria; a construção do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, que incluiria a implantação de uma siderúrgica e de um polo metal mecânico; e a construção do Metrofor.²

A tabela 1 mostra a evolução dos produtos internos brutos (PIBs) estadual e nacional, bem como a participação do PIB cearense no PIB brasileiro. O novo dinamismo da economia cearense do fim dos anos de 1980 e do início dos anos 1990 vai se refletir no aumento da participação do PIB estadual no total do país nos próximos anos, ao qual passa de um percentual de 1,62% em 1990 para 1,95% em 2006 – tendo atingido 2,01 em 1996.

2. Há de se ressaltar um novo conjunto de investimentos estruturantes programados para o Ceará, que passam a fazer parte dos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, envolvendo a implantação de uma refinaria e um terminal de gaseificação, ambos no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, que devem contribuir para consolidar a competitividade neste porto, e uma usina de biodiesel, na região de Quixadá. Destaca-se a criação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa), que já prevê a expansão e a implantação de novos parques eólicos no estado e a instalação de três usinas térmicas. Completa, ainda, o programa de investimentos, a construção da Ferrovia Transnordestina, que deverá beneficiar os estados do Piauí, de Pernambuco e do Ceará. Considera-se que as novas inversões, ao privilegiar áreas estratégicas como energética, logística e de transporte, além do alcance social e urbano, têm potencial de estimular o setor de serviços estadual em segmentos mais dinâmicos e competitivos.

TABELA 1

PIB a preços constantes de mercado – Ceará e Brasil, 1990, 1996, 2000 e 2006
(Em R\$ de 2000)

Anos	Ceará (A)	Brasil (B)	A/B (%)
1990	14.936.643,90	922.362.377,78	1,62
1996	20.213.992,29	1.006.603.239,40	2,01
2000	20.799.548,01	1.101.254.907,19	1,88
2006	27.492.347,04	1.406.854.513,60	1,95

Fonte: <<http://www.ipeadata.gov.br>>.

Porém, no período em estudo, a economia cearense já não apresenta a mesma dinâmica relativa às taxas de crescimento apresentadas na década de 1990. Entre 1996 e 2006, enquanto Nordeste e Brasil crescem a uma taxa anual de 3,38% e 3,4%, respectivamente, o Ceará cresce a uma taxa de 3,12% a.a. (BRANDÃO; ALVES, 2010).

Na economia regional como um todo, considerando-se o setor de serviços, objeto de estudo desta análise, verifica-se que este se apresentou bastante atrelado ao desenvolvimento local da indústria, no que diz respeito tanto ao modelo de base econômica com políticas de incentivos fiscais e de atração de investimentos, como também no tocante às economias de aglomeração ou *clusters* e que foram primordiais para o desenvolvimento local (PONTES; ALMEIDA, 1998).

Cabe destacar que mais recentemente, particularmente a partir de 2002, a concessão de incentivos no estado do Ceará passou a ser orientada pela visão de cadeias produtivas, com o objetivo de que os investimentos possam integrar e aumentar a competitividade de polos produtivos, diminuindo a necessidade de novos incentivos. Assim, as políticas de desenvolvimento local implementadas no estado, como os Fundos de Desenvolvimento Industrial (FDIs), no tocante às economias de aglomeração, estão diretamente associadas ao conjunto de facilidades proporcionadas por determinada localização em termos de infraestrutura, redução de custos e de transporte, localização, entre outros elementos responsáveis por grande dinamismo do setor de serviços. É nesse contexto que o setor terciário passa a atuar por meio de geração de empregos em educação, saúde, saneamento básico, serviços públicos, além dos serviços especializados (consultoria, informática, assistência técnica, entre outros).

Como na economia nacional, o setor de serviços mantém-se como o que mais contribui na formação do PIB cearense, mesmo diante da realidade estadual, que tem, desde os anos 1990, priorizado programas de desenvolvimento industrial. Entre 2002 e 2006, a participação do PIB do setor de serviços oscila em torno de 70% (tabela 2).

Apesar da forte presença do setor de serviços na economia estadual, há de se considerar o fato ressaltado por Melo *et al.* (1998, p. 6) de que

(...) a presença de um setor serviços quantitativamente relevante, no que se refere à geração da renda e do emprego, pode estar associada tanto a uma economia de serviços moderna, própria a economias em estágios avançados de desenvolvimento, como pode ser resultante da presença de um setor de serviços composto, em sua maior parte, de atividades tradicionais, portadoras de baixos níveis de produtividade e refúgio para mão-de-obra de baixa qualificação.

Essa realidade relativa à disparidade na evolução dos subsetores que compõem o setor serviços está presente na economia brasileira e é reproduzida em nível estadual, que tem, como será visto a seguir, uma estrutura marcada pela forte presença de segmentos “patentemente arcaicos” (*op. cit.*), como o comércio varejista, que demandam mão de obra de baixa qualificação, com baixa remuneração.

A agricultura apresenta resultados modestos, tendo atingido 8,39% em 2003, fechando esse período com uma participação de 7,26%. Apesar da tentativa de atuação de programas modestos de promoção do desenvolvimento do meio rural, implementados no governo de Lúcio Alcântara (2003-2007), com ênfase na consolidação de agropolos e agronegócios, como forma de propiciar aumento de renda, produtividade e competitividade no meio rural e fomento de atividades agropecuárias viáveis para a consolidação da economia cearense (ALCÂNTARA, 2004), os resultados não se mostram significativos (tabela 2).

O setor industrial, que a partir da implantação dos FDIs passou a receber significativos incentivos, já não apresenta a mesma dinâmica dos primeiros governos da “era das mudanças”. Atinge a menor participação em 2003 (21,76%) e a maior no ano seguinte, com 25,13%, terminando o período com 23,53% em 2006.

TABELA 2
Evolução e participação do PIB do valor adicionado a preços básicos das grandes atividades econômicas – Ceará, 2002 a 2006
(Em R\$ de 2000)

Anos	Agricultura	%	Indústria	%	Serviços	%	Total
2002	1.506.220,88	7,15	4.778.144,49	22,67	14.792.756,24	70,18	21.077.121,61
2003	1.754.900,60	8,39	4.553.073,37	21,76	14.616.802,83	69,85	20.924.776,8
2004	1.550.048,53	7,07	5.503.313,58	25,13	14.846.264,88	67,79	21.899.626,99
2005	1.373.157,84	6,01	5.266.894,78	23,065	16.194.580,44	70,92	22.834.633,06
2006	1.749.455,22	7,26	5.671.946,81	23,53	16.679.315,44	69,20	24.100.717,47

Fonte: <<http://www.ipeadata.gov.br>>.

3 ESTRUTURA E DINÂMICA DO SETOR DE SERVIÇOS: UMA ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO CEARENSE

O mercado de trabalho cearense vem se destacando, como referido, pela grande quantidade de postos de trabalho gerados nas últimas décadas. Dada a importância do setor de serviços na geração de renda e emprego, este passa a ser analisado sob a perspectiva de seu mercado de trabalho.

Em se tratando da participação dos diferentes ramos de atividade na composição do emprego formal do estado, o setor de serviços é responsável pela grande maioria dos postos de trabalho, apesar de ser notada leve redução de sua participação entre 1996 e 2006, o qual apresentava 60,64% dos empregos estaduais, atingindo 59,16% no fim do período. Indústria e agropecuária apresentam ganhos de participação. No caso da indústria, o setor participa com 19,66% do total de empregos em 1996 e 20,81% em 2006 e a agropecuária totaliza 1,58% em 1996, aumentando sua participação para 2,26% em 2006 (tabela 3).

TABELA 3

Desempenho do emprego formal, segundo o ramo de atividade – Ceará, 1996 e 2006

Ramo de atividade	1996	%	2006	%
Indústria	120.915	19,66	205.879	20,81
Construção civil	32.466	5,28	34.666	3,50
Comércio	74.770	12,16	141.237	14,27
Serviços	372.961	60,64	585.333	59,16
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	9.693	1,58	22.375	2,26
Outros/ignorado	4.234	0,69	–	–
Total	615.039	100,00	989.490	100,00

Fonte: Rais 1996 e 2006.

Em termos de taxa de crescimento, considerando o emprego formal do setor de serviços, para os casos de Ceará, Nordeste e Brasil de 1996 a 2006, podemos identificar melhor performance do estado cearense, com taxa de 4,61% a.a. ao longo da década, contra 4,59% a.a. para o Nordeste e 3,93% a.a. para o Brasil (tabela 4).

TABELA 4
Taxa de crescimento do emprego formal no setor de serviços – Ceará, Nordeste e Brasil, 1996 e 2006

Anos	Ceará	Nordeste	Brasil
1996	372.961	2.408.755	1.2889.559
2006	585.333	3.772.189	18.951.696
Taxa de crescimento (%)	4,61	4,59	3,93

Fonte: Rais 1996 e 2006.
 Elaboração dos autores.

Além do crescimento do número de empregos no setor de serviços cearense, que passa de 372.961 para 585.333 no período analisado (tabela 4), também se pode notar o crescimento considerável do número de estabelecimentos classificados no setor terciário, o qual passa de 12.285, em 1996, para 20.299, em 2006, representando crescimento de 5,15% a.a. para o período (tabela 5). Porém, o crescimento no número de empregos e de estabelecimentos não é acompanhado pela remuneração média do setor, que passa de 3,83 salários mínimos (SMs) para 2,86 SMs entre os anos estudados – isso significa taxa negativa de crescimento de 2,88% a.a. Quanto ao tamanho médio do estabelecimento, podemos observar tendência natural de redução de número de empregados por unidade que correspondia a 30,36 em 1996 atingiu 28,84 em 2006, resultando em uma taxa negativa de crescimento de 0,51 % a.a. (tabela 5). Essa tendência é consequência dos processos de enxugamento do número de trabalhadores, muitos dos quais passam, no setor, a ser terceirizados.

TABELA 5
Estabelecimentos, empregos, remuneração média e tamanho do estabelecimento no setor de serviços – Ceará, 1996 e 2006

Especificação	1996	2006	Taxa de crescimento (%)
Número de estabelecimentos	12.285	20.299	5,15
Número de empregos	372.961	585.333	4,61
Remuneração média	3,83	2,86	-2,88
Tamanho médio do estabelecimento	30,36	28,84	-0,51

Fonte: Rais 1996 e 2006.
 Elaboração dos autores.

Obs.: Remuneração média em salários mínimos e tamanho médio em número de empregados por estabelecimento.

Para análise mais desagregada do emprego formal do setor de serviços, tomou-se como base os dados da Rais de 1996 e 2006, com destaque para os principais subsetores da atividade terciária: comércio varejista (COM VAREJ), comércio atacadista (COM ATAC), instituições de crédito, seguros e capitalização (INST FINANC), comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnico-profissionais (ADM TEC PROF), transportes e comunicações (TRAN E COM), serviços de

alojamento, alimentação, reparação, manutenção e redação (ALOJ E ALIM), serviços médicos, odontológicos e veterinários (MED ODONT VET), ensino (ENSINO) e administração pública direta e autárquica (ADM PUBLIC) (tabela 6).

TABELA 6
Distribuição do emprego formal por atividades terciárias – Ceará, 1996 e 2006

Atividades econômicas	1996		2006	
	Número de empregos	%	Número de empregos	%
COM VAREJ	59.927	13,38	120.815	16,63
COM ATAC	14.843	3,32	20.422	2,80
INST FINANC	12.326	2,75	13.015	1,79
ADM TEC PROF	30.165	6,74	89.927	12,38
TRAN E COM	26.787	5,98	33.553	4,62
ALOJ E ALIM	43.013	9,61	80.710	11,11
MED ODON VET	37.730	8,43	25.958	3,57
ENSINO	68.747	15,35	34.695	4,78
ADM PUBLIC	154.193	34,44	307.475	42,32
Total	447.731	100,00	726.570	100,00

Fonte: Rais 1996 e 2006.
Elaboração dos autores.

Pode-se notar que o subsetor de serviços que apresenta maior representatividade na formação do emprego é a ADM PUBLIC, gerando 34,44% do número de empregos formais em 1996 e 42,32% em 2006, o que representa um significativo crescimento. Isto reflete o peso que o Estado historicamente assumiu na dinâmica econômica nacional, fato que também se reflete em parte das esferas estaduais.³ O segundo subsetor de maior representatividade para o início da série é o setor de ENSINO, com 15,35% dos empregos gerados, perdendo o posto em 2006 para o COM VAREJ, tida como atividade que geralmente demanda menor qualificação profissional. Em 2006, essa última gera 16,63% dos empregos e o setor de ENSINO, apenas 4,78%. Outro grupo com participação significativa é o de ALOJ E ALIM, formado por atividades que também exigem menor qualificação, como setores de alimentação, reparação, manutenção, entre outros, que passam de 43.013 números de empregos em 1996 para 80.710 em 2006 (tabela 6). Esse setor tem destaque devido à importância da cadeia de turismo para o estado do Ceará – envolvendo bares, restaurantes, hotéis etc. –, mas também se caracteriza por picos de ocupação, dada a sazonalidade de grande parte das atividades.

3. Para Cavalcante, Paiva e Trompieri Neto (2010, p. 21), "(...) é notório, tanto no país quanto no estado, a forte dinâmica da geração de novos postos de trabalho voltadas para o setor de serviços e administração pública". O significativo peso assumido pela administração pública na geração de empregos formais no Ceará deve ser visto com cautela, já que, em via geral, a intensidade desse setor no total de emprego pode ser considerada inversamente proporcional ao nível de atividade econômica, sendo elevada quando essa é escassa.

Merecem destaque, ainda, no tocante a números de empregos gerados para a década: ADM TEC, que apresenta a maior taxa de crescimento anual, com 11,54 % a.a. para o decênio; ALOJ E ALIM, com 7,26 % a.a.; e ADM PUB, com 7,15 % a.a. Cabe ressaltar os subsetores que apresentaram redução no tocante à taxa de crescimento, como: ENSINO e MED ODON VET com -6,61% a.a. e, -3,67 % a.a., respectivamente, entre 1996 e 2006.

Ao analisar a escolaridade média segundo os subsetores, podemos observar a elevação ininterrupta dos anos de estudos da mão de obra empregada, que passa de 8,5 anos de qualificação em 1996, para 10,41 anos de estudo em 2006, refletindo uma melhoria na qualificação profissional dos empregados cearenses (tabela 7). Ressalta-se que a elevação nos anos de estudo repete tendência observada em nível nacional, não sendo, portanto, exclusividade ou vantagem comparativa da economia cearense.

TABELA 7

Escolaridade média em 31 de dezembro, segundo os subsetores ocupacionais de serviços – Ceará, 1996-2006

Anos	Escolaridade média
1996	8,5
1997	8,89
1998	9,00
1999	9,26
2000	9,31
2001	9,47
2002	9,69
2003	9,90
2004	–
2005	10,20
2006	10,41

Fonte: Rais 1996-2006.
Elaboração dos autores.

Quanto ao grau de escolaridade da mão de obra empregada, podemos observar, pela da tabela 8,⁴ a melhoria na formação no mercado de trabalho da atividade terciária, com relevante redução em termos percentuais de trabalhadores

4. A partir de 1996, o Ministério da Educação (MEC) regulamenta, por meio de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), as etapas de ensino que passam a compor a educação básica no Brasil: ensino fundamental e ensino médio. O ensino fundamental engloba o que antes era caracterizado como 1º grau, acrescido da antiga classe de alfabetização, compondo-se de dois ciclos, correspondente a nove anos de estudos: Ciclo 1 – classe de alfabetização (CA) = 1º ano; 1ª a 4ª série = 2º ao 5º ano; Ciclo 2 – 5ª a 8ª série = 6º ao 9º ano. O ensino médio compreende o antigo 2º grau (1ª, 2ª e 3ª série). A Rais, para os anos deste estudo, ainda utiliza a caracterização e a distribuição de faixas de escolaridade anterior. Em etapa posterior da pesquisa, em que são incluídos novos anos em análise, é feita a atualização conforme as novas determinações do MEC.

com níveis de formação inferior ao 1º grau completo. Em contrapartida, nota-se o aumento do número de empregados nas faixas de escolaridade do 2º grau incompleto e completo, principalmente, superior incompleto e superior completo.

Em todas aquelas faixas de escolaridade, diminui a concentração de trabalhadores, enquanto aumenta o número de trabalhadores com o 2º grau incompleto, com 4,31% em 1996 e 5,62% em 2006; com o 2º grau completo, que era de 30,19% em 1996, passa para 37,03% em 2006; com o superior incompleto, que apresentava 2,64 % em 1996, passa para 22,40 em 2006; e com o superior completo, que respondia por 13,12% dos empregos em 1996, foi responsável por 22,55% da mão de obra empregada em 2006.

A tendência da concentração de trabalhadores nas faixas de escolaridade destacadas anteriormente fica evidenciada, portanto, por meio da taxa de variação para o decênio: 2º grau incompleto apresenta variação de 104,52%; 2º grau completo, 92,51%; superior incompleto e completo com variações de 177,07% e 169,75%, respectivamente, para a década (tabela 8).

TABELA 8
Nível de escolaridade do pessoal ocupado no setor de serviços – Ceará, 1996 e 2006

Escolaridade	1996	%	2006	%	Taxa de variação
Analfabeto	14.525	3,89	5.832	1,00	-59,85
4ª série incompleta	34.653	9,29	30.816	5,26	-11,07
4ª série completa	38.417	10,30	23.440	4,00	-38,99
8ª série incompleta	38.290	10,27	40.050	6,84	4,59
8ª série completa	55.151	14,79	76.329	13,04	38,40
2º grau incompleto	16.093	4,31	32.914	5,62	104,52
2º grau completo	112.581	30,19	216.731	37,03	92,51
Superior incompleto	9.839	2,64	27.261	22,40	177,07
Superior completo	48.920	13,12	131.960	22,55	169,75
Ignorado	4.492	1,20	-	-	-
Total	372.961	100,00	585.333	100,00	56,94

Fonte: Rais 1996 e 2006.
Elaboração dos autores.

No que concerne a níveis de remuneração obtidos pelo pessoal ocupado no grande setor de serviços, nota-se que, apesar de melhorias na qualificação de profissionais em anos de estudos, os salários não acompanham os níveis de escolaridade. Demonstra-se, assim, a carência e a falta de oportunidades de empregos com melhores remunerações no Ceará. Os índices de remuneração mais significativos em termos percentuais estão entre 1 SM e 2 SMs, faixa que concentrava

23,12% dos empregos em 1996, número que se eleva consideravelmente para 48,06% em 2006, mostrando a intensa precarização do mercado de trabalho no setor terciário cearense.

Nota-se, ainda, uma queda do número da mão de obra em faixas de maiores remunerações, com destaque para a expressiva redução do número de trabalhadores que auferiam mais de 5 SMs; 80.673 trabalhadores em 1996, o que corresponde a 21,63% da mão de obra ocupada, e 75.079 trabalhadores em 2006, resultando em um percentual de 12,82%, como pode ser observado na tabela 9.

TABELA 9

Empregos segundo o nível de remuneração em 31 de dezembro, no setor de serviços – Ceará, 1996 e 2006

Faixas	1996	%	2006	%
Até 1 SM	72.528	19,44	98.085	16,76
Entre 1 e 2 SMs	86.335	23,12	28.1295	48,06
Entre 2 e 3 SMs	47.704	12,79	63.042	10,77
Entre 3 e 5 SMs	46.469	12,46	62.451	10,67
Acima de 5 SMs	80.673	21,63	75.079	12,82
Ignorado	39.352	10,55	5.381	0,92
Total	372.961	100	585.333	100

Fonte: Rais 1996 e 2006.
Elaboração dos autores.

Outro atributo a ser analisado, e que permite inferir sobre padrões de qualidade do emprego no setor terciário, é a distribuição da mão de obra por tempo de serviço e suas tendências de rotatividade. No Ceará, é expressivo o número de trabalhadores empregados por cinco anos ou mais, 57,79%, em 1996. Porém, essa faixa que expressa maior estabilidade no trabalho perde em concentração de trabalhadores, já que o percentual se reduz para 45,54% em 2006.

A faixa geralmente considerada para caracterizar a rotatividade da mão de obra empregada, menos de dois anos de tempo de serviço, apresenta número expressivo de trabalhadores em 1996, 26,37%, situação que se precariza na década em análise, quando 35,45 % da mão de obra passam a se concentrar nessa faixa (tabela 10).

TABELA 10
Total de empregados por tempo de serviço nos estabelecimentos terciários – Ceará, 1996 e 2006

Anos de serviço	1996	%	2006	%
Menos de 2	98.344	26,37	207.503	35,45
2 a 3	25.968	6,96	40.833	6,98
3 a 5	32.480	8,71	70.237	12,00
5 ou mais	215.563	57,79	266.559	45,54
Ignorado	606	0,16	201	0,03
Total de empregados	372.961	100,00	585.333	100,00

Fonte: Rais 1996 e 2006.

No que diz respeito à distribuição da ocupação no grande setor de serviços cearense, em 1996 podemos observar maior representatividade dos empregados nos segmentos de serviços turísticos, hospedagem, serventes, higiene e beleza, segurança e auxiliares da saúde, com 115.684 empregos e 31,02%. Muitos desses serviços exigem menor grau de escolaridade e remuneração e também são marcados por alta rotatividade e sazonalidade. O segundo segmento no setor que mais emprega em 1996 são os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados, com 106.408 postos de trabalho e 23,53%, e o terceiro grupo que merece destaque são os trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados com 88.253 empregos e que representam 23,66% (tabela 11).

Para 2006, podemos mencionar como principal destaque para as ocupações os profissionais das ciências e das artes,⁵ com 164.798 postos de trabalho e 28,15%. Já os trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados totalizam 148.764 números de empregos e 25,42%; o terceiro grupo de ocupação são os trabalhadores de serviços administrativos, com 105.055 postos de trabalho e representando 17,95% (tabela 11).

5. Há que se considerar o crescimento expressivo na rede federal de educação profissional e tecnológica, ocorrido particularmente nos anos 2000, que também tem reflexos na economia cearense, com aumento no número de cursos de curta e longa duração (CONIF, 2011). No estado, a expansão da rede tem sido promovida por diversas instituições vinculadas às instâncias administrativas do Estado, da União e mantenedores privadas, com destaque para a rede de unidades do Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC), envolvendo ainda as faculdades tecnológicas e os centros vocacionais tecnológicos, caminhando em largos passos para a interiorização e beneficiando municípios como: Limoeiro do Norte, Sobral, Quixadá, Acaraú, Crateús, Canindé, Juazeiro do Norte, Crato, Iguatu, Cedro, Maracanaú, entre outros, abrangendo todas as regiões administrativas do estado.

TABELA 11
Distribuição da ocupação no setor de serviços – Ceará, 1996 e 2006

Atividades econômicas	1996	%
Trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados	21.935	5,88
Trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados	88.253	23,66
Membros dos Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário, funcionário público sup., diret. empr. e trabalhadores assemelhados	6.484	1,74
Trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados	106.408	28,53
Trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados	2.608	0,70
Trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, servente, higiene e embele., segurança e auxiliar saúde	115.684	31,02
Trabalhadores agropecuários, florestais, da pesca e trabalhadores assemelhados	1.159	0,31
Trabalhadores prod. indust., oper. maq., condut. veic. e trabalhadores assemelhados – grande gr	1.188	0,32
Trab. prod. indust., oper maq, condut. veic. e trabalhadores assemelhados – grande gr	4.057	1,09
Trab. prod. indust., oper. maq., condut. veic. e trabalhadores assemelhados – grande gr	22.631	6,07
Ignorado	2.554	0,68
Total	372.961	100,00
Atividades econômicas	2006	%
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações	26.075	4,45
Profissionais das ciências e das artes	164.798	28,15
Técnico de nível médio	77.109	3,17
Trabalhadores de serviços administrativos	105.055	17,95
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	148.764	25,42
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	1.930	0,33
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	31.483	5,38
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	2.723	0,47
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	25.637	4,38
Ignorado	1.759	0,30
Total	585.333	100,00

Fonte: Rais 1996 e 2006.
Elaboração dos autores.

Ao desagregar as ocupações do setor cearense por meio dos dados da Rais (1996-2006), no tocante à distribuição dos empregos dos grandes subsetores de serviços, podemos notar grande destaque para os professores, que representam 18,82% do total do número de empregos em 1996, com leve redução em 2006, 18,75%. Já os trabalhadores de serviços, de limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados representam 12,57%, além dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados e agentes administrativos, com 11,09% e 10,05%, respectivamente, em 1996. Outro grande

destaque para 2006 são os trabalhadores dos serviços (21,19%), além dos escrivães (14,30%) (MADEIRA; ALVES, 2009).

4 SETOR DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PERSPECTIVA ESTADUAL

Nas últimas décadas, o estudo do setor de serviços ganha destaque na literatura econômica, conforme mencionado, dada sua importância para ampliação e manutenção da renda, bem como para a determinação e a composição do emprego das diferentes economias.

Para Dedecca (1990), após períodos em que a agricultura e depois a indústria representaram o centro dinâmico da economia brasileira – processo de complexificação da estrutura produtiva e da infraestrutura –, estas perderiam participação relativa e sua função de motor de desenvolvimento da economia passaria a ser vinculada e exercida pelo setor terciário.

No Brasil, a expansão do emprego no setor de serviços acompanha o avanço do sistema de industrialização por meio do Processo de Substituição de Importações, nos anos 1970. Para Almeida e Silva (1973), a industrialização e a urbanização teriam provocado aumento da força de trabalho nas atividades terciárias, principalmente em ramos que exigiam menor qualificação e que apresentavam menores remunerações.

A importância do setor de serviços no Brasil nesta década é explicada por dois movimentos distintos: no processo de desenvolvimento, a expansão da produção industrial e da agropecuária exigiu um aumento das atividades de distribuição de mercadorias e dos serviços financeiros, ramos de atividades estritamente relacionadas com produção de bens. Neste caso, a expansão destes serviços seria uma resposta às necessidades de construção de segmentos modernos; a urbanização nos países periféricos foi acompanhada, de modo mais geral, por um aumento da força de trabalho nos serviços e na construção civil (...) com mão-de-obra de baixo grau de qualificação que buscaram a cidade por atividades mais tradicionais do comércio e da prestação de serviços pessoais (MELO *et al.*, 1998, p. 19-20).

Para Pochmann (2001), o setor de serviços apresentou-se como importante absorvedor de mão de obra desde sua origem, resultante em grande parte do movimento do êxodo rural pela insuficiência de postos de trabalho nos setores primário e secundário para o número de empregados disponíveis no mercado. Kon (2004) destaca ainda o papel da complementaridade das atividades de serviços em relação à evolução das atividades industriais brasileiras.

Os anos 1980 são considerados um período de fortes desequilíbrios macroeconômicos, associados ao esgotamento do modelo de substituição de importações, aos impactos das crises externas (primeiro e segundo choques

do petróleo) sobre a economia nacional e ao processo de ajuste ortodoxo implementado na primeira metade da década. Os principais desequilíbrios estão intrinsecamente ligados à crise fiscal do Estado brasileiro ao processo inflacionário crônico; este último será alvo de sucessivos programas de estabilização heterodoxa, na segunda metade da década de 1980, que não apresentam sucesso no combate à inflação.

Os anos de 1990 marcam um período de grandes transformações político-econômicas no país, ainda impactado pela recessão da década anterior. O período é caracterizado pela diminuição da participação do Estado na economia, associada às mudanças significativas que envolvem as relações de trabalho, desregulamentação dos mercados, processos de abertura comercial e financeira, privatizações, valorização cambial, além de graves consequências de políticas de juros sobre o crédito (ALVES, 2003).

A partir de 1994, dada a estabilização monetária promovida pelo Plano Real, privatizações e alterações no ambiente macroeconômico, com o aprofundamento da abertura comercial, as empresas brasileiras viram-se obrigadas a intensificar o processo de reestruturação produtiva e empresarial. Diante da adaptação a um novo ambiente competitivo, empresas procuraram se adequar à nova ideologia no mercado de trabalho, por meio de políticas de menores custos, maior qualidade e melhor escala de produção com produtos mais competitivos, a fim de organizar a produção e o trabalho de forma a permitir que uma grande diversidade de produtos e serviços fosse oferecida no mercado. Os resultados dessa reestruturação empresarial são: redução da mão de obra, terceirização das atividades – limpeza, segurança, vendas etc. –, aumento de importações, entre outros.

Nesse cenário, segundo Proni *et al.* (2005), um dos fatores que impulsionaram a modernização e o aumento da participação no setor de serviços na década de 1990 foi a entrada de capital estrangeiro no país, sendo o ramo financeiro, de telecomunicações, transportes e comércio varejista e atacadista que alavancaram esse processo. Nos bancos, por exemplo, a introdução de novas tecnologias foi decisiva para o melhor atendimento dos clientes, por meio da automação dos serviços (autosserviços); as telecomunicações, após privatizações e entrada de novos agentes, puderam aumentar a oferta do serviço e atender maior número de pessoas; no comércio varejista, as mudanças mais relevantes se deram nos segmentos de super e hipermercados, com a diversificação dos serviços, como: informatização, leitura óptica de códigos de barras, relação com o fornecedor etc.

É importante entender, nessa dinâmica, que o setor de serviços começa a ganhar destaque, principalmente nas duas últimas do século XX e início do século XXI, não apenas na complementariedade das atividades industriais, mas também, considerando que os novos ciclos de desenvolvimento da economia capitalista e as

tecnologias da informação e comunicação passam a ocupar espaço central nesse padrão de desenvolvimento, o setor de serviços passa a ser considerado peça-chave, à medida que se qualifica como importante segmento absorvedor dessas tecnologias (BARRAS, 1986 *apud* VARGAS, 2009).

Nesse sentido, passa-se a identificar, no fim da década de 1980, novas abordagens que dão perspectiva sistêmica aplicada aos serviços, ao vincularem, portanto, a relação de sistemas de inovação ao setor em consideração. Nessas abordagens, os determinantes do processo de inovação não se encontram necessariamente atrelados à indústria manufatureira.

Considerando os estudos sobre desenvolvimento regional ou local, as ideias de economias de aglomeração ganham destaque, na medida em que

(...) estão associadas com o conjunto de facilidades proporcionadas por uma determinada localização em termos de infra-estrutura, atuando, sobretudo, na redução de custos de transporte e de comunicação, nos benefícios da proximidade com universidades e centros de pesquisa, no clima propício aos negócios, dentre outros elementos (VARGAS, 2009).

Porém, como enfatiza Vargas (2009), tanto a noção de economias de aglomeração como de urbanização, analisadas estritamente, conferem ao setor de serviços “um papel acessório à indústria”. Nesse sentido, Moulaert e Gallouj (1993 *apud* VARGAS, 2009, p. 18) chamam atenção para a necessidade de ampliação da noção de economias de aglomeração.

O caráter local deve incorporar também, na visão dos autores, os efeitos da interação da aglomeração com outras aglomerações locais. Desta forma, seria possível a superação teórica do fato que a tecnologia impõe: mesmo quando a aglomeração é importante, a tecnologia impõe integração e interação que vão além do limite local.

Sob essa perspectiva, é importante o entendimento, do ponto de vista da oferta, de “como determinada região pode oferecer recursos para a inovação, por exemplo, por intermédio da relação de serviço” e, do lado da demanda, no “uso que atores locais podem fazer dos resultados advindo desta interação”. Elementos dessa abordagem sistêmica podem ser encontrados em Djellal e Gallout (2006 *apud* VARGAS, 2009).

No caso do estado do Ceará, a estratégia de crescimento econômico que norteia a mudança no modo de regulação estadual pós-1987, inaugurada na primeira gestão do governo Tasso Jereissati, destaca-se pelo uso intensivo de incentivos fiscais e financeiros para atração de investimentos externos. A política de atração de novas empresas adota critérios diferenciados na concessão de incentivos, visando ao crescimento econômico descentralizado espacialmente e apontando para a interiorização dos investimentos, e passa a privilegiar principalmente os setores coureiro-calçadista, metal mecânico, alimentício, têxtil e de confecções. Isto é observado

quando da implementação dos chamados Fundos de Desenvolvimento Industrial (FDIs) (FDI-Provin, pós-1989), que possibilitaram ao estado o estabelecimento de incentivos, sob a forma de empréstimos, utilizando como base o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (VASCONCELOS; ALMEIDA; SILVA, 1999), revertidos como capital de giro, destinado principalmente às empresas que se instalassem ou que resolvessem se modernizar, ampliar e realocar suas plantas industriais no Ceará.

Assim, nesse cenário, o Ceará consegue consolidar o ajuste fiscal, mesmo no ambiente de crise fiscal da economia brasileira verificado no período, mostrando-se preparado para receber inversões, por meio de políticas de atração de investimentos pelos incentivos fiscais, além de promover, dessa forma, o desenvolvimento da região via industrialização.

Mais recentemente, particularmente a partir de 2002, conforme enfatizado anteriormente, a concessão de incentivos passou a ser orientada pela visão de cadeias produtivas. No chamado FDI-II, a intenção da alteração seria, portanto, o estímulo à formação de *clusters* e cadeias produtivas no Estado. Nesse sentido, foi adotado um sistema de incentivos que tinha por prioridade a formação de aglomerados industriais em regiões mais produtivas, tendo por centros determinados municípios do Ceará, que já possuíam um começo de aglomeração de empresas. Cabe salientar que as empresas localizadas nesse aglomerado continuariam recebendo os investimentos; porém, estes seriam menores do que os incentivos concedidos às empresas que se instalassem nos municípios-sede (PONTES; VIANNA; HOLANDA, 2006).

Quanto ao resultado dessas aglomerações das respectivas economias locais, veem-se como consequências: otimização das escalas de produção, redução de custos de transação, constituição de um mercado de trabalho especializado e maiores possibilidades de inovação e geração de novos projetos e negócios (ESTADO DO CEARÁ, 2002).

Ainda de acordo com Pontes, Vianna e Holanda (2006), o Decreto nº 27.040, de 9 de maio de 2003, provoca grande reestruturação no que concerne aos conceitos operacionais de desenvolvimento da política de incentivo à industrialização no Ceará. Essas modificações na lógica econômica resultariam em externalidades positivas; trata-se do FDI-III, que valoriza desde o número de empregos gerados até o volume de investimentos das empresas. O valor da pontuação se modificava entre as variáveis. A pontuação máxima do critério era: volume de investimentos (13 pontos), geração de empregos (12 pontos), setores e cadeias produtivas (8 pontos), aquisição de matéria-prima e insumos no Ceará (7 pontos), localização geográfica (6 pontos) e responsabilidade social (4 pontos), sendo estabelecido ainda que o valor mínimo do investimento seria de 25% para pontos menores e 75% para 50 pontos.

Observa-se, portanto, que na política recente de desenvolvimento estadual, apesar de a questão local determinar um peso importante na aglomeração de serviços, o segmento ainda encontra-se largamente vinculado às noções de economias de aglomeração ou *clusters*, como enfatizam os últimos FDIs, atrelado, portanto, ao aspecto de setor “acessório” à atividade industrial, limitando a perspectiva sistêmica que a atividade pode estabelecer em sua contribuição para o desenvolvimento local.⁶

Nesse sentido, é primordial que a formulação de políticas públicas passe a contemplar políticas específicas para o desenvolvimento local baseado em serviços, como forma de ampliar o potencial desse desenvolvimento, como enfatiza Gallouj (2006 *apud* VARGAS, 2009).

Reconhece-se, neste artigo, que a estrutura do setor de serviços cearense é limitada na geração de externalidades positivas, na medida em que predominam setores pouco integrados, com alta taxa de rotatividade e baixos níveis de remuneração, ou atividades que exigem baixa qualificação.

Assim, o apoio do estado a atividades que gerem externalidades positivas e que reforcem a competitividade sistêmica, integrando os agentes produtivos locais, passa a ser fundamental na construção de uma proposta de desenvolvimento sustentável e integrado. Para isso, atividades de ensino e aprendizagem, com prioridade em centros de inclusão digital, núcleos de informação tecnológica, fortalecimento da educação básica e superior, com a ampliação e interiorização de polos de educação, contribuindo para a redução da desigual densidade técnico-científica dos espaços regionais brasileiros, devem fazer parte da agenda de políticas públicas, seja no nível federal, estadual, seja municipal. Para isso, é fundamental que a educação seja considerada como um fator que “transcende os espaços formais onde ela é tratada e que o conhecimento é também produzido e disseminado em outras esferas, gerando um sistema complexo de interações” (CORDEIRO NETO; ALVES, 2008).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, processos de reestruturação produtiva ganham força tardiamente, a partir dos anos 1990, alavancados pelos processos de liberalização econômica, abertura comercial, privatizações, entre outros, culminando da mesma forma no aumento considerável de postos de trabalho no setor de serviços.

6. O impulso industrializante do estado ampliou a demanda dos serviços de transportes e de distribuição e observa-se, ainda, a ampliação da produção urbana de serviços de apoio – novas instituições financeiras, armazenagem, venda de insumos, engenharia etc. Porém, verifica-se significativo peso de atividades de mais baixa produtividade como serviços pessoais, de reparação, emprego doméstico, funções de vigilância e limpeza e o comércio varejista.

O Ceará sofre reflexos não apenas das mudanças estruturais ocorridas na economia brasileira desse período, mas também de novo modelo de desenvolvimento implementado pós-1987, que, apesar de focalizar seus esforços em promover o crescimento do estado via industrialização, por meio de incentivos fiscais e creditícios, além de adoção de políticas de atração de investimentos e inversões em infraestrutura, consegue promover resultados positivos para a indústria local no decorrer das décadas posteriores. Porém, é o setor de serviços o grande responsável pelo dinamismo do PIB estadual (69,20% em 2006, contra 56,47% em 1996) e em geração de empregos para o decênio em análise (585.333 em 2006, contra 372.961 em 1996).

Nesse contexto, o mercado de trabalho cearense nos anos de 1996 e 2006 apresenta taxas de crescimento do setor terciário maiores que as do Nordeste e do Brasil (4,61% a.a., 4,59% a.a. e 3,93%, a.a., respectivamente). Grande destaque para sua participação na geração de empregos, nos quais o setor apresentava 60,64% em 1996, atingindo 59,16% no fim do período. Também se pode notar o crescimento considerável do número de estabelecimentos classificados no setor de terciário, o qual passa de 12.285 em 1996 para 20.299 em 2006, o que representa um crescimento de 5,15% a.a. para o período.

Porém, apesar de o setor de serviços cearense se mostrar dinâmico em percentuais de geração de emprego e crescimento no número estabelecimentos, tal dinamismo não é acompanhado por grandes transformações nos padrões de qualidade desse mercado de trabalho. Predominam, nesse setor, apesar da melhoria em termos de escolaridade, indicador que não é exclusividade desse segmento, trabalhos com baixos níveis de remuneração e altas taxas de rotatividade, evidenciando a carência e a falta de oportunidades de empregos com melhores remunerações no Ceará.

Esses fatores reforçam a urgência de se pensar programas ou políticas de desenvolvimento que incorporem o setor de serviços em perspectiva sistêmica, reconhecendo a importância deste setor como absorvedor de novas tecnologias e potencializador de externalidades, elementos tão fundamentais para a construção de proposta de desenvolvimento sustentável e integrado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, W. J. M.; SILVA, M. C. **Dinâmica do setor serviços no Brasil: emprego e produto**. Rio de Janeiro: Ipea, 1973 (Relatório de Pesquisa, 18).
- ALMEIDA, M. B.; SILVA, A. B. **Estado do Ceará: uma análise do desempenho econômico-financeiro recente 1990-1996**. Fortaleza: Caen, 1998 (Texto para Discussão, n. 176).

ALCÂNTARA, L. **As ações do governo do estado com ênfase para os relacionados com o desenvolvimento regional**. Palestra para os estagiários do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra. Auditório do Banco do Nordeste. Fortaleza/Ceará, 2004.

ALVES, C. L. B. **Considerações sobre a abertura comercial e seus rebatimentos na indústria brasileira nos anos 90**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, PPGE, João Pessoa, 2003.

ALVES, C. L. B.; LIMA, C. C. S. Dinâmica do investimento direto estrangeiro (IDE) no Brasil: evidências recentes de um fenômeno econômico consolidado. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 14., 2009, São Paulo. **Anais**. São Paulo: SEP/PUC-SP, 2009.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negociação do trabalho. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 1999.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

BRANDÃO, D. D.; ALVES, C. L. B. **Dinâmica e padrões de qualidade do emprego formal em metrópoles do Nordeste**: o caso das indústrias de Fortaleza, Recife e Salvador. Relatório técnico-científico do Projeto de Iniciação Científica Urca/CNPq. Crato: Urca, 2010.

CAVALCANTE, A. L.; PAIVA, W. L.; TROMPIERI NETO, N. **Dinâmica regional do emprego formal no ceará**: uma análise espacial por grande setores de atividade econômica do IBGE nos anos de 2003 e 2009. Fortaleza: Ipece, 2010 (Texto para Discussão, n. 91).

ESTADO DO CEARÁ. Mensagem à Assembléia Legislativa, n. 2., Fortaleza/Ceará, 2002.

CIDADE, L. C. F.; VARGAS, G. M.; JATOBÁ, S. U. S. Regime de acumulação e configuração do território no Brasil. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, PUC/SP, n. 20, p. 13-35, 2008.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (CONIF). **O maior mérito do crescimento da educação profissional e tecnológica é a democratização**. Disponível em: <http://www.conif.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=93:qo-maior-merito-do-crescimento-da-educacao-profissional-e-tecnologica-e-a-democratizacaoq&catid=14:ultimas-noticias&Itemid=5>. Acesso em: 20 maio de 2011.

CORDEIRO NETO, J. R.; ALVES, C. L. B. A relação entre escola e território na promoção do desenvolvimento local: implicações para as políticas educacionais.

In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS, 4., 2008, Franca, SP. **Anais**. Franca, SP: UNI-Face, 2008.

DEDECCA, C. S. **Dinâmica econômica e mercado de trabalho urbano**: uma abordagem da Região Metropolitana de São Paulo. 1990. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1990.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contas Regionais do Brasil**. Rio de Janeiro, 2008 (Série Relatórios Metodológicos, 37).

IPEA. **PIB estadual a preços constantes R\$ de 2000**. Disponível em: <<http://ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 4 jul. 2009.

KON, A. **Economia de serviços**: teoria e evolução no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MADEIRA, S. A.; ALVES C. L. B. **Estrutura e dinâmica do setor de serviços no Ceará nos anos de 1996 e 2006**. Relatório Técnico-Científico do Projeto Voluntário/Economia/ Crato: Urca, 2009.

MELO, H. P. *et al.* **O setor de serviços no Brasil**: uma visão global – 1985/2005. Rio de Janeiro: Ipea, 1998 (Texto para Discussão, n. 549).

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 1996 a 2006**. Base de dados estatísticos. Brasília: CD-ROM.

POCHMANN, M. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Economia global e a nova divisão internacional do trabalho**. 2004. Disponível em: <<http://decon.edu.uy/network/panama/POCHMANN.PDF>>. Acesso em: 20 maio 2011.

PONTES, P. A.; VIANNA, J. R.; HOLANDA, M. C. **A política de atração de investimentos industriais do estado do Ceará**: uma análise do período 1995-2005. Fortaleza: Ipece, dez. 2006.

PONTES, P. A.; ALMEIDA, M. B. A. **Política de atração de investimentos industriais no estado do Ceará no período 1995-2001**. Fortaleza: Caen/UFC, 1998.

PRONI, M. W. *et al.* A modernização econômica no setor terciário no Brasil. *In*: DIESSE (Org.). **O trabalho no setor terciário**: emprego e desenvolvimento tecnológico. São Paulo: Diesse; Campinas: CESIT, 2005.

SILVA, R. A. Papel dos serviços no desenvolvimento regional brasileiro após 1990. *In*: MACAMBIRA JÚNIOR, L. J. B.; CARLEIAL, L. M. F. (Org.).

Emprego, trabalho e políticas públicas. Fortaleza: IDT/Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

VALOIS, I. S.; ALVES, C. L. B. Caracterização do mercado de trabalho formal na indústria cearense durante a década de 90. *In*: MACAMBIRA JÚNIOR, L. J. B. (Org.). **O mercado de trabalho formal no Brasil.** Fortaleza: Editora da Imprensa Universitária da UFC, 2006.

VARGAS, E. R. Serviços, inovação e desenvolvimento local. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, v. 6, n.1, enero-abril, Eptic/ULEPICC, 2009.

VASCONCELOS, J. R.; ALMEIDA, M. B.; SILVA, A. B. **Ceará: economia, finanças públicas e investimentos nos anos de 1986-1996.** Brasília: Ipea, 1999 (Texto para Discussão, n. 627).

